

**PARECER Nº 123/2023**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 44/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR: VEREADOR GILMAR VENDEDOR**

**RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 44/2023 que “*autoriza a concessão de subvenções e dá outras providências*”, foi aprovado com a incidência das Emendas nºs 1 a 13.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do novo Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Em decorrência da aprovação das emendas apresentadas ao projeto em exame, foram alterados os valores das subvenções constantes no seu art. 1º.

Sem mais, passa-se à conclusão.

**CONCLUSÃO**

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2023.

Vereador GILMAR VENDEDOR  
Relator

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 44/2023

Autoriza a concessão de subvenções e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2024, a subvencionar e transferir recursos às seguintes entidades:

Entidade	Valor (R\$)
Abrigo Frei Pio	396.194,00
Abrigo Institucional / AMMAR	200.000,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	565.000,00

**Art. 2º** A autorização de que trata esta Lei fica condicionado às possibilidades financeiras do Município, além da observação, atendimento e cumprimento por parte dos beneficiários dos dispositivos legais e normas estabelecidas para a concessão dos mesmos.

**Art. 3º** As entidades beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do órgão concedente, através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissões, 11 de dezembro de 2023.

Vereador GILMAR VENDEDOR  
Relator